



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

GRUPO ECOVIX

RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Nº 023/1.16.0012010-0 (0021114-
08.201.6.82.1002)

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

COMPETÊNCIA: Setembro e outubro de
2018.

Rio Grande, 30 de novembro de 2018.





MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

OUTUBRO DE 2018

1. INTRODUÇÃO
2. EVENTOS RELEVANTES
3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS
4. ENDIVIDAMENTO
5. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS
6. DADOS FINANCEIROS-
ECONÔMICOS
7. PLANO DE RECUPERAÇÃO
JUDICIAL

1. INTRODUÇÃO

Processo nº 023/1.16.0012010-0 (0021114-08.201.6.82.1002)

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial das empresas do GRUPO ECOVIX. Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial das empresas Recuperandas. Os dados foram extraídos dos autos da recuperação judicial, principalmente no que tange às informações contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas na sede da empresa, bem como reuniões com os procuradores e representantes das Recuperandas.

As Recuperandas vêm cumprindo suas obrigações processuais com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). Informações de sua atividade estão sendo prestadas à Administração Judicial e aos credores, quando solicitadas.

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

Salienta-se que o responsável pela contabilidade da empresa é o funcionário da empresa pessoa física Mateus Vicente Alvarez Bueno, o RMA reflete a análise técnica contábil limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas sobre a situação da empresa



As correspondências do art. 22, I, "a", da Lei 11.101/2005, foram devidamente enviadas aos credores relacionados pelas Recuperandas, informando o valor e a classe dos créditos inicialmente informados.

O edital com a relação completa dos credores e a notificação destes sobre a abertura do prazo para apresentarem suas respectivas divergências/habilitações de crédito administrativamente foi devidamente disponibilizado no DJE, na data de 13.02.2017.

O Grupo Ecovix protocolou seu Plano de Recuperação Judicial nos autos em 17.02.2017, cujo aviso de recebimento foi devidamente publicado no Diário de Justiça Eletrônico (disponibilizado no DJE no dia 10.04.2017).

A verificação dos créditos, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais das devedoras, bem como nas divergências e habilitações apresentadas pelos credores, foi finalizada pela Administradora Judicial e apresentada nos autos da Recuperação, tendo sido publicado o Edital do art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005 (disponibilizado no DJE no dia 15.05.2017), fixando o prazo de 30 (trinta) dias para que os credores oferecessem objeção ao plano, e 10 (dez) dias para impugnações à relação de créditos apresentada.

Foi convocada Assembleia Geral de Credores para o dia 19.07.2017, às 14h, em 1ª convocação, e para o dia 27.07.2017, em 2ª convocação, às 14h, que ocorreu no Centro de Eventos da Sociedade Amigos do Cassino, localizado na Avenida Rio Grande, nº 98, Bairro Cassino, em Rio Grande/RS.

A assembleia geral de credores, instalada em segunda convocação, teve seu curso suspenso diversas vezes, cujos trabalhos foram retomados no dia 23.02.2018 às 10:00, no Auditório do Hotel Villa Moura Executivo, localizado na Rua General Neto, nº 333,

1. ASPECTOS JURÍDICOS – ANDAMENTO PROCESSUAL

Bairro Centro, em Rio Grande/RS. Nesta oportunidade, a solenidade foi novamente suspensa por deliberação dos credores, e retomada no dia 15.03.2018 no mesmo horário e local.

Todavia, por força da decisão proferida ao Agravo de Instrumento nº 70075604785, não houve a realização da solenidade, nos seguintes termos:

“Isso posto, estou em ampliar a decisão liminar já lançada nestes autos, para o fim de suspender a assembleia geral de credores para amanhã, 15, às 14h; não deverá se realizar, até que seja julgado o mérito deste agravo, que visa a reforma da decisão de primeiro grau, a fim de que esta Câmara declare a “inexistência do direito a voto da credora Brasil Plural Special Situations Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados, CNPJ 27.652.684/0001-62, não sendo computado, para fins de direito, na Assembleia a ser realizada no dia 23.11.2017 e nas seguintes, se houverem”, como é o caso. Assim decido com base no art. 300, parágrafo 3º, do CPC/2015, pois eventual aprovação do plano de recuperação judicial amanhã, poderá se tornar irreversível os efeitos da decisão deste agravo”.

Todavia, o citado recurso foi julgado prejudicado, sendo autorizada a continuidade da assembleia geral de credores. Para isso, foi indicada a data de 26.06.2018, às 14h, para retomada dos trabalhos, oportunidade na qual foi aprovado o plano de Recuperação Judicial apresentado. Atualmente, o feito encontra-se em fase de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial aprovado.



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
2. EVENTOS RELEVANTES
3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS
4. ENDIVIDAMENTO
5. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS
6. DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS
7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



MEDEIROS & MEDEIROS

CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Houve aprovação de convenção coletiva junto ao Sindicato dos Trabalhadores de Calçados de Novo Hamburgo, assim definido reajuste coletivo de 3,70%.

EM BUSCA DE INVESTIDORES

As recuperandas relataram que no mês de outubro recebeu a visita de investidores interessados no terminar portuário e na aquisição de máquinas, equipamentos e materiais.

EVENTOS RELEVANTES



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **EVENTOS RELEVANTES**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
 1. HISTÓRICO DE ATIVIDADES
 2. INSTALAÇÕES
 3. ESTRUTURA SOCIETÁRIA
 4. PRODUTOS
 5. RAZÕES DA CRISE
4. **ENDIVIDAMENTO**
5. **INFORMAÇÕES OPERACIONAIS**
6. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
7. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**



**MEDEIROS
& MEDEIROS**
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS – HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

O Grupo Ecovix é composto pelas empresas ECOVIX CONTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A (ECOVIX), RG ESTALEIROS S.A. (RG Estaleiro), RG ESTALEIRO ERG1 S.A. (ERG1), RG ESTALEIRO ERG2 S.A. (ERG2), RG ESTALEIRO ERG3 INDUSTRIAL S.A. (ERG3), ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA. todas com principal estabelecimento na Avenida Almirante Maximiano Fonseca, 4361, conjunto 1005, km 6 / BR 392, Zona Portuária, na Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96204-040.

No ano de 2010, a Petrobrás abriu processo licitatório de fabricação de cascos para exploração de pré-sal. A Engevix ganhou a licitação, considerando que a sua construção envolve a fabricação e armazenamento de diversos tipos de materiais de grande volume. A proposta da Engevix tinha como premissa a construção de uma planta industrial e a utilização, mediante apoio estatal, dos imóveis na região de Rio Grande – RS, onde o estaleiro passou a operar e ainda o faz até hoje.

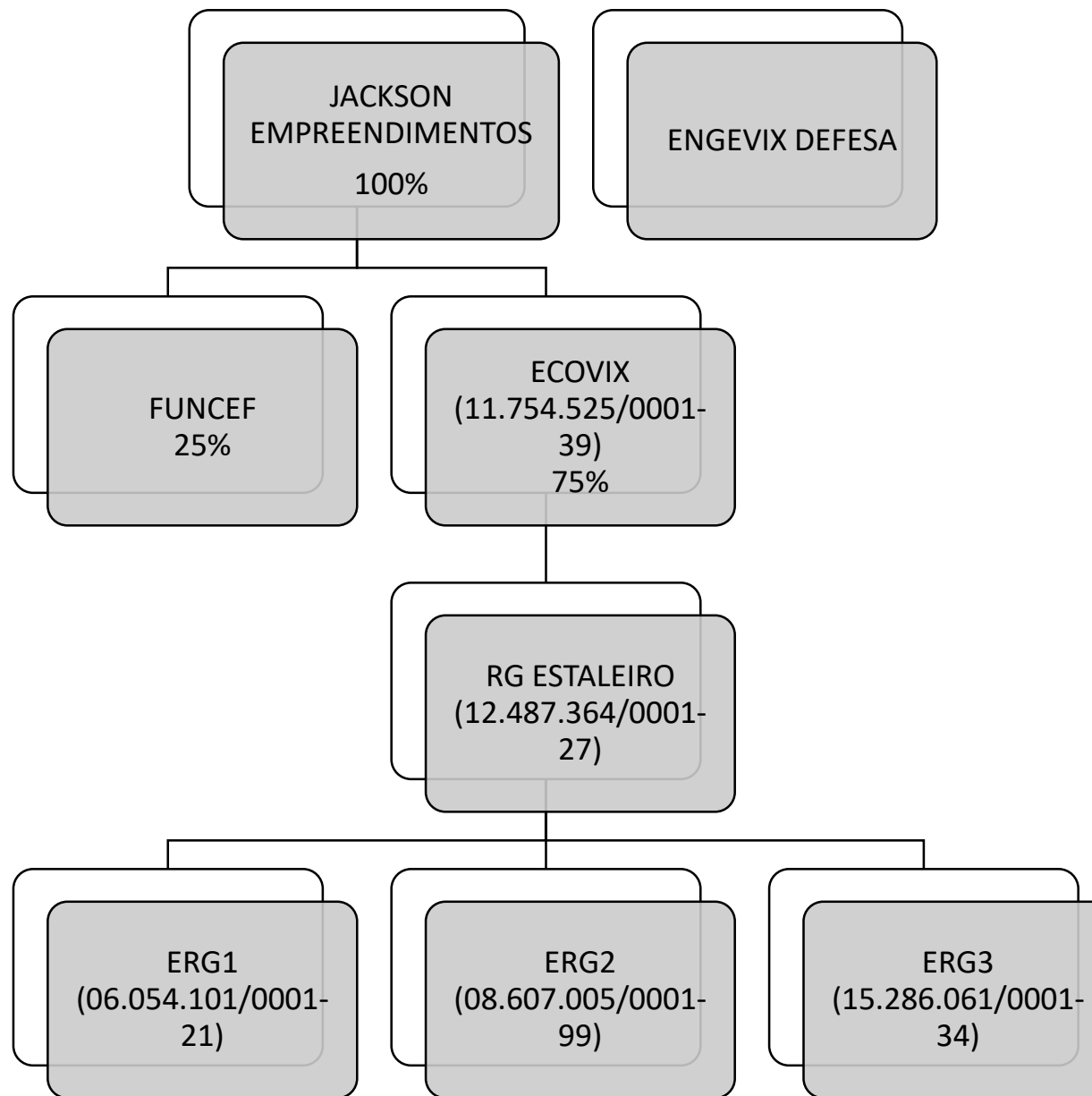
A Engevix obteve autorização junto ao Estado do Rio Grande do Sul para operar na região de Rio Grande e adquiriu da empreiteira WTorre o estaleiro originalmente construído, onde está localizado o ERG1. A proposta consistia na expansão das operações para os imóveis onde estão localizados o ERG2 e ERG3, ampliação do estaleiro original, construção de planta industrial e de centro de logística.

A aquisição das áreas foi feita em parceria com a FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais, com a qual o Grupo Ecovix constituiu um Fundo de Investimentos e Participações – FIP Estaleiros – onde a FUNCEF é detentora de 25% das quotas e a Ecovix de 75%. Este investimento, feito através da holding RG Estaleiro S/A. teve aplicação de R\$ 560 milhões de reais de capital próprio, além de recursos obtidos de financiamentos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e permitiu completar as instalações do estaleiro do Grupo Ecovix. Posteriormente foi adquirido o ERG-3 para ser utilizado como área de apoio às atividades executadas pelo Grupo Ecovix, nas áreas ERG's 1 e 2.



3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS

ORGANOGRAMA





MEDEIROS & MEDEIROS

ESTALEIRO ERG1

- Data de fundação: 2003
- CNPJ: 06.054.101/0001-21
- Atividades: Gestão e administração da propriedade imobiliária; administração da infraestrutura portuária e atividades do operados portuário.
- Localização: Av. Almirante Maximiano Fonseca, nº 4361, Conj. 1002 km 6 – BR 392 – Rio Grande/RS

ESTALEIRO ERG2

- Data de fundação: 2003
- CNPJ: 06.054.101/0001-21
- Atividades: Gestão e administração da propriedade imobiliária; administração da infraestrutura portuária e atividades do operados portuário.
- Localização: Av. Almirante Maximiano Fonseca, nº 4361, Conj. 1002 km 6 – BR 392 – Rio Grande/RS

ESTALEIRO ERG3

- Data de fundação: 2012
- CNPJ: 15.286.061/0001-34
- Atividades: Gestão e administração da propriedade imobiliária; serviços de engenharia; fabricação de obras de caldeiraria pesada; construção de embarcações de grande porte.
- Localização: Av. Almirante Maximiano Fonseca, nº 4361, Conj. 1004 km 6 – BR 392 – Rio Grande/RS

DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS INSTALAÇÕES





3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS – PRODUTOS

Uma empresa com atividade exclusivamente naval, o Grupo Ecovix tinha como único foco dois projetos vinculados com Petrobrás e Sete Brasil, ambos rescindidos.

Projeto FPSO'S

Conforme mencionado, o GRUPO ECOVIX foi contratado por meio de licitação para a construção de 8 FPSO's denominados P-66, P-67, P-68, P-69, P-70, P-71, P-72 E P-73. Nota-se que outros grupos foram contratados para a construção/conversão de embarcações semelhantes, mas o GRUPO ECOVIX, foi um dos únicos que já entregou boa parte do escopo contratado

DRILL

Contrato firmado com a Sete Brasil, em agosto de 2012, para a construção de 3 embarcações equipadas para perfuração de poços. O contrato foi rescindido em 25/04/2015. Atualmente as mercadorias encontram-se no estaleiro de Rio Grande e são objeto de pedido de distribuição para venda como sucata, a fim de viabilizar outras atividades nos espaços hoje utilizados pelas mercadorias.

CASCO	LOCALIZAÇÃO	STATUS
P-66	Campo Petrolífero de Lula (Bacias de Santos/RJ).	Caso em operação produzindo mais de 136.000 barris/dia no campo de Lula.
P-67	Em descolamento	Está a caminho do campo de petróleo.
P-68	Em trânsito entre estaleiro Rio Grande e Estaleiro Jurong Aracruz – ES	Casco em transito. Casco retirado do Estaleiro Rio Grande com pendências de construção e montagem. Em fase de integração.
P-69	Estaleiro Brasfels – Angra dos Reis – RJ	Casco em fase de conclusão da construção e montagem e comissionamento em andamento. Em fase de integração.
P-70	Em deslocamento	Está a caminho do campo de petróleo.
P-71	Estaleiro Rio Grande	Casco em fase de construção e montagem de blocos (edificação de blocos). Avanço físico 18%.
P-72	Estaleiro Rio Grande	Em sucateamento no Estaleiro de Rio Grande.
P-73	Estaleiro Rio Grande	Construção não iniciada.



3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS – RAZÕES DA CRISE

CORTE DE INCENTIVOS E CRISE DO PETRÓLEO

A Indústria naval depende, em grande parte, dos incentivos e financiamento públicos. Assim, diante da crise fiscal nacional, houve o corte de diversos incentivos, afetando, invariavelmente, a solvência de estaleiros em geral. Os Ajustes fiscais geraram prejuízos acumulados (principalmente em razão da crise do mercado de óleo e gás) que, por via de consequência, culminaram em severos gastos com demissão de funcionários

CRISE NA PETROBRÁS E SETE BRASIL

Petrobrás, envolvimento em investigações conduzidas pela polícia federal, o que gerou impactos negativos em praticamente todos os seus fornecedores, além da redução do investimento na indústria naval em 37%.

A insolvência da Sete Brasil, que atualmente, processa sua recuperação judicial perante o Foro da Capital do Rio de Janeiro. O GRUPO ECOVIX teve seu fluxo de caixa e sua perspectiva de crédito diretamente afetados nesse período, agravando a sua insolvência.

AJUSTE FISCAL E PROGRAMA PROSUPER

Durante o ano de 2015, houve o ajuste fiscal aplicado ao setor naval, que representou um corte de aproximadamente USD 23,3 bilhões

O fim do programa PROSUPER pelo qual o Ministério da Defesa iria adquirir 11 (onze) navios de guerra que seriam fabricados por estaleiros brasileiros (nesse ponto, vale o destaque para o braço do GRUPO ECOVIX liderado pela Engevix Defesa, criada especificamente para projetos dessa natureza).



EFEITO FISCAL

3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS – RAZÕES DA CRISE

Os Ajustes fiscais geraram prejuízos acumulados (principalmente em razão da crise do mercado de óleo e gás) que, por via de consequência, culminaram em severos gastos com demissão de funcionários, majorando assim substancialmente o volume da dívida do GRUPO ECOVIX. Ilustre-se, nesse, sentido, que o número de trabalhadores da indústrias naval reduziu de 82.472 em DEZ/14 pra 68 mil em JUN/2015, chegando a 57 mil empregados em DEZ/2015.

CRISE DO PREÇO DO PETRÓLEO

A baixa do preço do petróleo afeta de maneira nefasta a situação financeira do GRUPO. De fato, considerando que grande parte de suas atividades, atualmente, estão voltadas ao setor de petróleo e gás, tem-se que a baixa do preço dessa commodity afeta tanto a adimplência quanto à perspectiva de negócios futuros.



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
2. EVENTOS RELEVANTES
3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS
4. ENDIVIDAMENTO
 - CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 - CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL
5. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS
6. DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS
7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



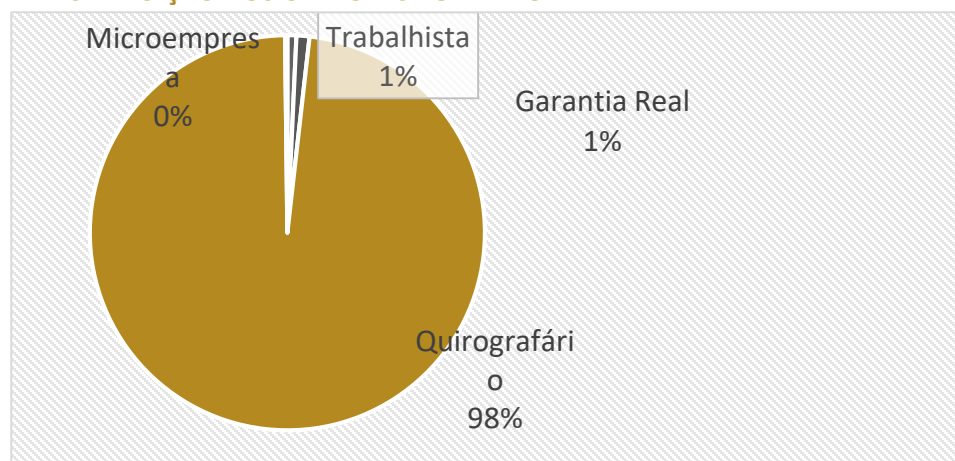
4. ENDIVIDAMENTO – RELAÇÃO DE CREDORES SUJEITOS A RJ

A relação de credores atualmente encontra-se em fase de alterações com base nas sentenças das impugnações judiciais.

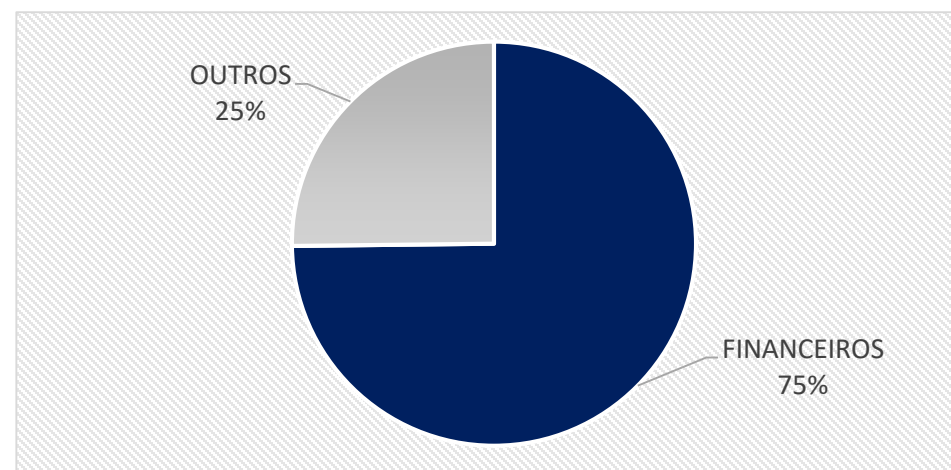
A classe com maior representativa de valor é quirografária com 98% do passivo.

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total (em R\$ mil)	% Valor total	Valor médio (em R\$ mil)
Trabalhista	1.092	69,03%	55.848.129,93	0,74%	51.142,98
Garantia Real	2	0,13%	80.740.291,43	1,06%	40.370.145,72
Quirografário	332	20,99%	7.441.662.810,59	98,02%	22.414.647,02
Microempresa	156	9,86%	14.028.303,12	0,18%	89.925,02
Total	1.582	100%	7.592.279.535,07	100%	4.799.165,32

DISTRIBUIÇÃO DOS CREDORES POR NATUREZA



DÍVIDA BANCÁRIA X DE MAIS CREDORES





4. ENDIVIDAMENTO – PRINCIPAIS CREDORES DA RJ

O principal credor da recuperação Judicial do GRUPO ECOVIX é o SSF (Brasil Plural) que possui crédito de R\$ 4,37 bilhões de reais (conversão na data do pedido).

Classe	Nome	Valor R\$ (PTAX 16.12.2016)	% total
Quirografário	BRASIL PLURAL SPECIAL SITUATIONS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS (27.652.684/0001-62)	4.369.492.020,62	57,55%
Quirografário	COSCO SHANGAI SHIPYARD CO. LTD. (000099976000000)	588.076.041,14	7,75%
Quirografário	NATIONAL OILWELL VARCO NORWAY AS (000999960000000)	559.438.291,02	7,37%
Quirografário	BANCO DO BRASIL S.A. (00.000.000/ 0001-91)	351.574.738,29	4,63%
Quirografário	BANCO BRADESCO S.A (60.746.948/0001- 12)	345.461.563,56	4,55%
Quirografário	CAIXA ECONOMICA FEDERAL (00.360.305/0001-04)	285.042.171,86	3,75%
Quirografário	JACKSON EMPREENDIMENTOS S.A. (02.357.415/0001- 42)	112.649.670,82	1,48%
Quirografário	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (92.702.067/0001-96)	84.845.360,83	1,12%
Quirografário	BANCO PINE S.A. (62.144.175/0001-20)	81.143.882,81	1,07%
Garantia real	BANCO BRADESCO S.A. (HSBC BANK BRASIL S.A.) (01.701.201/ 0001-89)	70.000.000,00	0,92%
Quirografário	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (07.450.604/0001-89)	64.889.279,82	0,85%
Quirografário	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS (03.300.016/7000-10)	51.136.917,25	0,67%
Quirografário	GE POWER CONVERSION BRASIL LTDA (07.608.927/0008- 24)	41.502.565,15	0,55%
Quirografário	LAMB CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA. (RESERVADO)	32.178.580,06	0,42%
Quirografário	KADANA INTERNATIONAL FZE (000099973000000)	30.575.592,33	0,40%
Quirografário	(SK NETWORKS CO)	30.433.413,04	0,40%
Demais	OUTROS	493.839.446,48	6,50%
	Total	7.592.279.535,07	100%



4. ENDIVIDAMENTO – DÍVIDA FISCAL

As dívidas tributárias reconhecidas nos controles internos da empresas estão representadas a seguir (sem considerar as contingências de processos):

<u>EMPRESA</u>	<u>ECOVIX</u>	<u>RGE</u>	<u>ERG1</u>	<u>ERG2</u>	<u>ERG3</u>	<u>DEFESA</u>	<u>SALDO</u>
Total	334.747.959,77	2.876.429,22	4.648.897,29	100.726.384,83	2.289.922,57	426.566,75	445.716.160,43
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECOLHER	3.498.796,52	2.876.429,22	758.228,61	22.461.117,71	36.117,59	362.342,24	29.993.031,89
ISS S FATURAMENTO A RECOLHER	-	-	21.993,71	-	-	-	21.993,71
ISS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	513.111,86	-	253,59	66.656,86	0,80	-	580.023,11
ICMS A RECOLHER	780.075,92	-	-	223.529,08	-	-	1.003.605,00
PIS S FATURAMENTO A RECOLHER	(35,84)	76.154,11	19.102,36	2.350.287,28	5.852,66	38.747,58	2.490.108,15
COFINS S FATURAMENTO A RECOLHER	(162,75)	468.640,69	213.789,97	11.291.294,37	30.264,13	238.498,17	12.242.324,58
IRPJ A RECOLHER	-	1.708.382,68	-	-	-	-	1.708.382,68
CSLL A RECOLHER	-	549.332,08	-	-	-	-	549.332,08
IRRF DE TERCEIROS A RECOLHER	(2.177,44)	-	21.164,36	473.714,26	-	-	492.701,18
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	416.219,06	-	-	-	-	-	416.219,06
CSRF (Pis/Cofins/CSLL) de Terceiros a Recolher	322.314,91	-	65.829,65	7.976.019,87	-	28.288,99	8.392.453,42
INSS a Recolher	35.771,42	-	108.155,60	-	-	56.807,50	200.734,52
FGTS A RECOLHER	11.533,19	-	19.381,34	-	-	-	30.914,53
IRRF S SALARIOS A RECOLHER	1.409.685,17	-	37.196,74	-	-	-	1.446.881,91
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER	(283,22)	-	251.361,29	79.615,99	-	-	330.694,06
INSS RETIDO EMPREGADOS A RECOLHER	-	73.919,66	-	-	-	-	73.919,66
Impostos a Recolher	12.744,24	-	-	-	-	-	12.744,24
PARCELAMENTOS A PAGAR	5.507.500,03	-	868.824,49	16.363.972,88	2.253.804,98	64.224,51	25.058.326,89
PERT	5.507.500,03	-	868.824,49	16.363.972,88	2.205.369,02	64.224,51	25.009.890,93
PARC - PGFN	-	-	-	-	48.435,96	-	48.435,96
PROVISOES DIVERSAS	325.741.663,22	-	3.021.844,19	61.901.294,24	-	-	390.664.801,65
CONTINGENCIAS TRIBUTÁRIAS	325.741.663,22	-	3.021.844,19	61.901.294,24	-	-	390.664.801,65



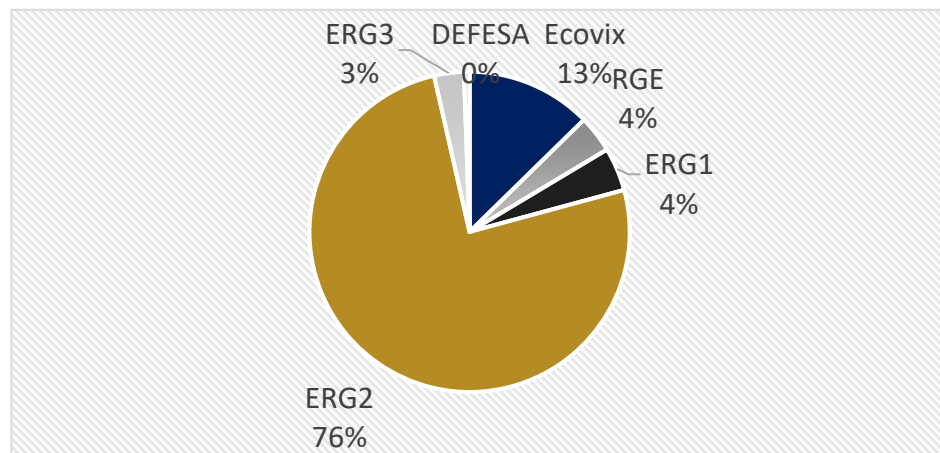
4. ENDIVIDAMENTO – DÍVIDA FISCAL

Embora com resultado pouco expressivo, a Companhia permanece recolhendo os impostos gerados de sua atividade. Visando meios de prorrogar os benefícios dados pelo IN 503/2005 para utilização dos materiais que ainda pendem de destinação no estaleiro.

Situação de certidões negativas

Empresa / Filial	UF	CNPJ / CEI	FEDERAL Validade	ESTADUAL Validade	MUNICIPAL Validade
Ecovix Barueri - Matriz	SP	11.754.525/0001-39	Positiva (Processo ADM)	Inscrição Baixada	Inscrição Baixada
Ecovix RJ	RJ	11.754.525/0002-10	-	Aguardando procuração	21/11/2018
Ecovix RG	RS	11.754.525/0003-09	-	19/07/2018	Relatório de pendências e pgto ⁽⁵⁾
Ecovix RG - Filial 6	RS	11.754.525/0006-43	-	Inscrição baixada	-
Ecovix RJ	RJ	11.754.525/0004-81	-	-	-
Ecovix POA	RS	11.754.525/0005-62	-	-	-
Engevix Defesa SP	SP	17.633.309/0001-11	Positiva (PENDÊNCIA DE PGTO)	Pendência SEFAZ ⁽³⁾	23/04/2018
Engevix Defesa RJ	RJ	17.633.309/0002-00	-	Aguardando procuração	21/08/2018
RG Estaleiro ERG1	RS	06.054.101/0001-21	Positiva (PENDÊNCIA DE PGTO)	Inscrição Baixada de Ofício	Inscrição Cancelada
RG Estaleiro ERG 1	RS	06.054.101/0002-02	-	Pendência SEFAZ ⁽⁴⁾	24/07/2018
RG Estaleiro ERG2	SP	08.607.005/0001-99	Positiva (PENDÊNCIA DE PGTO)	-	Inscrição Baixada
RG Estaleiro ERG 2	RS	08.607.005/0003-50	-	Inscrição Baixada	Relatório de pendências e pgto ⁽⁶⁾
RG Estaleiro ERG3	SP	15.286.061/0001-34	Positiva (PENDÊNCIA DE PGTO)	Inscrição Baixada	-
RG Estaleiro ERG 3	RS	15.286.061/0002-15	-	Inscrição Baixada de Ofício	Sem alvará
RG Estaleiros S/A	SP	12.487.364/0001-27	Positiva (PENDÊNCIA DE PGTO)	-	Inscrição Baixada

Composição passivo tributário % por empresa



Passivo tributário Contingente

A Cia possui 10 autos de infração lavrados pela Receita Federal, cujo valor de lançamento alcança R\$ 619 milhões, a empresa classifica como possível a possibilidade de êxito em todos os processos.

Ainda possui outros 14 processos em andamento cujo valor supera R\$ 100 milhões, e a estiva de perda é provável é de R\$ 53 milhões, e o restante é classificado como remota.



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **EVENTOS RELEVANTES**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
4. **ENDIVIDAMENTO**
5. **INFORMAÇÕES OPERACIONAIS**
 - RESUMO DA OPERAÇÃO
 - FATURAMENTO
 - ORGANOGRAMA
 - FUNCIONÁRIOS
6. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
7. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**



5. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS - RESUMO GERAL DA OPERAÇÃO

LEILÃO DRILLSHIP

As empresas em recuperação judicial estão buscando o ingresso de recursos através de leilões. Recentemente solicitou judicialmente autorização para alienação de sucata do Drillschips, em 22.10.2018 ocorreu o referido leilão tendo como valor total de arrematação R\$ 17.424.000,00.

Ocorre que há discussão quanto a propriedade destes ativos junto a SETE BRASIL, e por este motivo o valor foi depositado judicial. Em paralelo as empresas firmaram acordo, que foi protocolado nos autos sobre a destinação do valor buscando a solução de forma extrajudicial, nos termos do acordo:

1. Valor destinado ao pagamento de impostos a ser liberado via alvará par aa empresa Ecovix: R\$ 6.805.941,71 (destinação já comprovada para esta administração judicial que recebeu os comprovantes em 01/12/2018)
2. Do valor restante R\$ 10.618.058,29: i) 40% será destinado a Sete Brasil e ii) 60% para Ecovix. Este tem depende de aprovação de credores na assembleia geral de credores da Sete Brasil, até o desprendimento do fato, o valor integral permanecerá depositado judicialmente.

Venda de sucata e corte P-72

Atualmente a empresa mantém a venda de sucata para a empresa Gerdau, contrato firmado entre as partes em julho de 2017 para venda da sucata resultante do processo operacional.

Organização e Limpeza

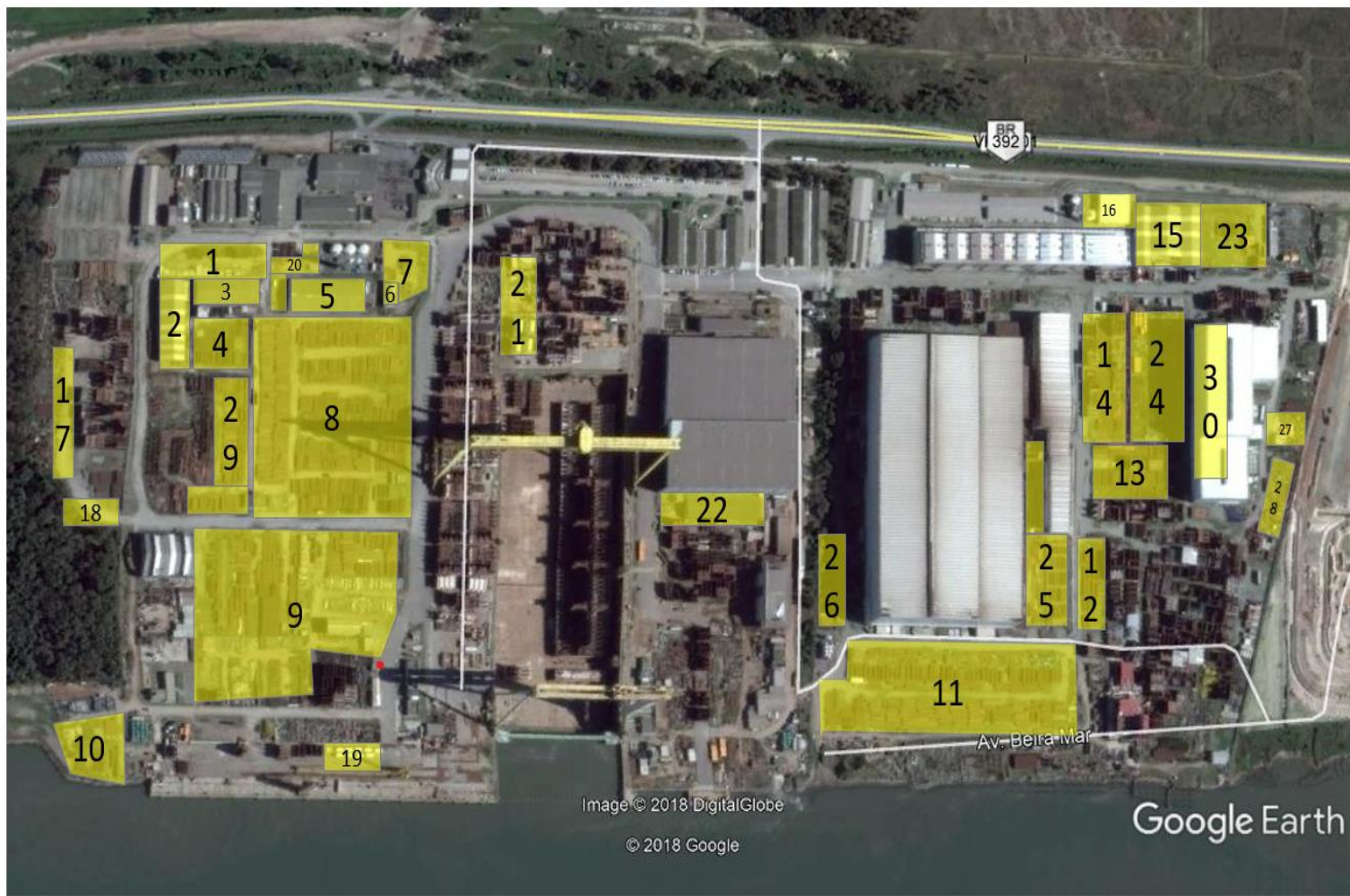
Visando a reestruturação operacional, através da introdução de atividade portuária no estaleiro e de manutenção de embarcações, a equipe de manutenção da Companhia está procedendo com a limpeza e organização dos materiais no estaleiro.

A empresa informou que existe em tramitação alteração da Lei n. 12.118/2004 e 13.097/2008 que permitirão a exploração de atividade portuário na área do estaleito.

A seguir colocamos imagem atualizada da distribuição dos materiais no estaleiro.



6. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS – MAPEAMENTO DOS MATERIAIS NO ESTALEIRO



IDENTIFICAÇÃO		
1. Tubos e conexões de tubulação	11. Chapas	21. Equipamentos e Mecânica
2. Equipamentos, Mecânica, Parafusos, Elétrica, Instrumentação, HVAC	12. Chapas	22. Suportes, Instrumentação, Elétrica, Bobinas de Cabos
3. Conexões de Tubulação, Parafusos, Flanges, Juntas, Grampos, Válvulas	13. Chapas e Perfis	23. Tubos, Conexões, Bobinas de Cabos, Equipamentos, Spools, Perfis, Bandejamento
4. Tubos, Bandejamento	14. Chapas Drill	24. Equipamentos Drill, Bandejamento, Tubos, Conexões, Spools
5. Mangueiras, Telecom, Instrumentação	15. Materiais de Tubulação, Elétrica e Instrumentação	25. Chapas e Perfis
6. Tintas	16. Tintas	26. Perfis
7. Bobinas de cabos e Perfis	17. Equipamentos e Mecânica, Materiais HVAC	27. Equipamentos Drill
8. Chapas e perfis	18. Perfis	28. Bobinas de Cabos e Tubos
9. Tubos de Tubução, Spools, Flanges e Conexões, Perfis, Chapas	19. Equipamentos Drill	29. Chapas e Perfis
10. Bandejamento, Tubos de Tubulação, Equipamentos e Materiais de Outfitting	20. Tubos	30. Equipamentos Drill



Cumprimento do Acordo da Petrobrás e a P-71

Paralelo às negociações do plano de recuperação judicial e as atividades alternativas que a Companhia está buscando, o Grupo vem cobrando a execução de acordo com a Tupi BV, o qual permitirá a "liberação" do estaleiro de blocos de cascos de plataformas inacabadas, que impedem qualquer operação no local. Duas unidades inacabadas (P-71 e P-72) permanecem no estaleiro. É em torno dessas unidades que não há consenso. A discussão com a Tupi BV se relaciona com um documento firmado em dezembro de 2016, chamado "Acordo de Encerramento de Contrato" (TSA, na sigla em inglês). O TSA definiu o término de contratos de construção de cascos entre a Ecovix e a Tupi BV. A Ecovix referiu que o TSA prevê solução para a P-71 e P-72, em vista de que o material das embarcações ocupa praticamente toda a instalação, inviabilizando outras atividades no estaleiro. Segundo a Ecovix, a Tupi BV comunicou em agosto de 2017 a intenção de vender bens e materiais que se encontram no ERG, inclusive blocos da P-71.

P-71 ocupando todo o dique seco





Aluguel da oficina

Em 15 de dezembro, a Administração Judicial foi comunicada que surgiu a oportunidade de alugarem a oficina e os equipamentos da linha e eixo que ficam no ERG 1.

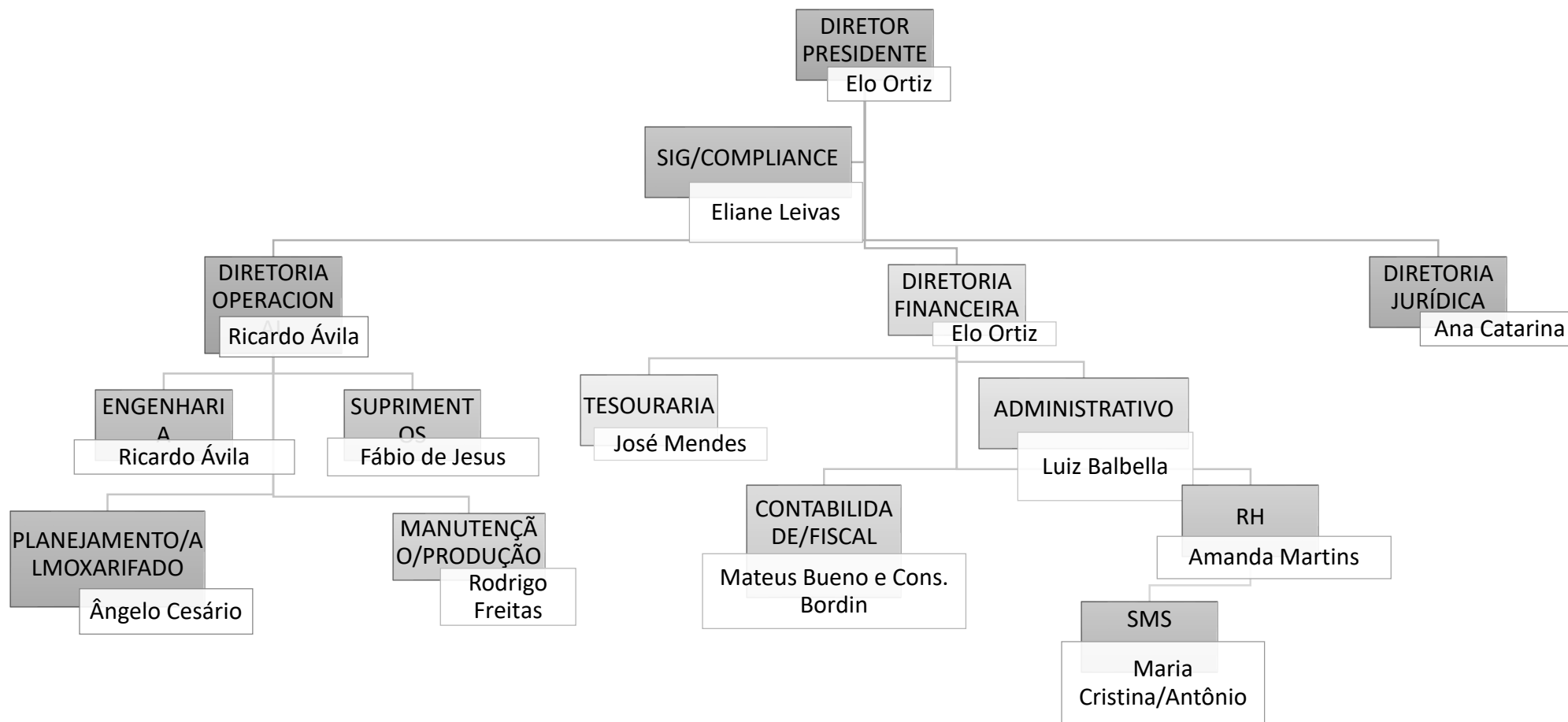
Em 02 de janeiro de 2018, a Ecovix firmou contrato de locação (ANEXO) com a empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., com o objetivo da locação da infraestrutura composta pelos equipamentos compreendidos entre os eixos EF da Oficina do ERG1 (2 pontes rolantes de 40 ton e 1 ponte rolante de 20 ton). A locação tem como objetivo a utilização da oficina para realização das atividades de desmontagem de estruturas metálicas, através de corte oxiacetileno. No mês de setembro houve a revisão da proposta de aluguel do dique seco e do cais.

Imagens pavilhão alugado





6. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS - ORGANOGRAMA

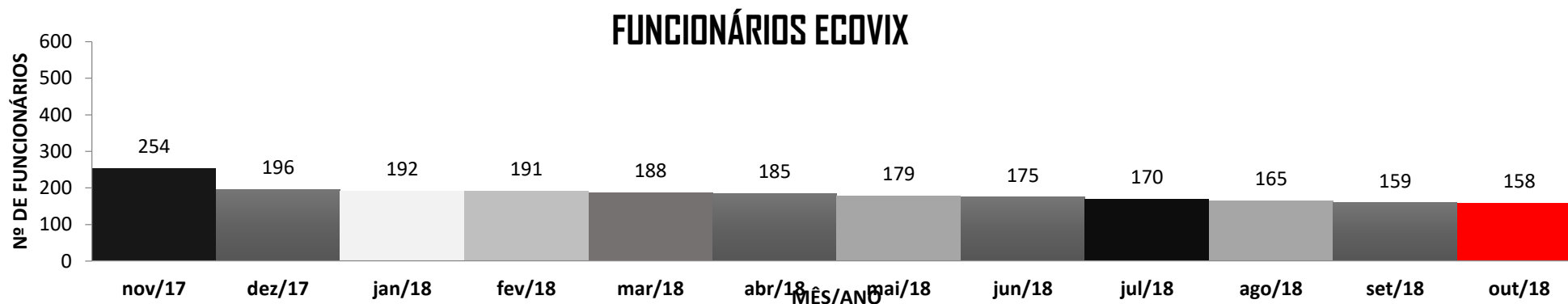




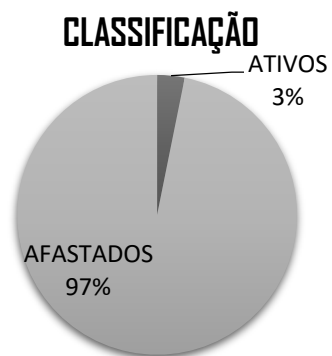
6. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS – FUNCIONÁRIOS

Conforme já mencionando, os funcionários foram recontratados pela Empresa RG ESTALEIRO ERG1, pois esta detém a propriedade das áreas e o objeto social compatível com exploração das referidas áreas do estaleiro.

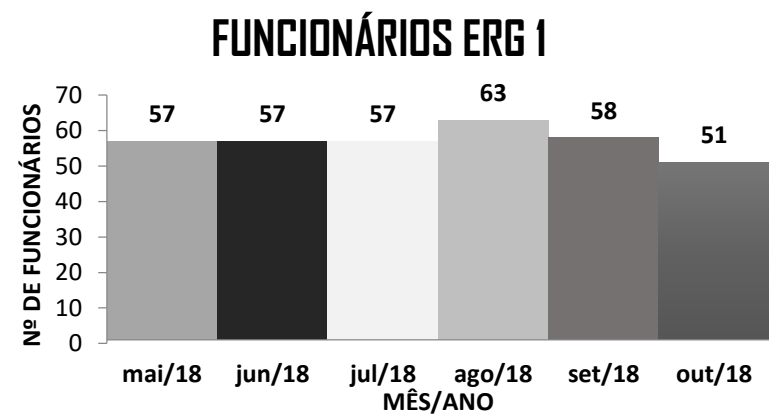
EVOLUÇÃO DE FUNCIONÁRIOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES



DISTRIBUIÇÃO FUNCIONÁRIOS ECOVIX



FUNCIONÁRIOS ERG 1





MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
2. EVENTOS RELEVANTES
3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS
4. ENDIVIDAMENTO
5. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS
6. DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS
FLUXO DE CAIXA
7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



7. DADOS FINANCEIROS ECONÔMICOS

Como mencionado em relatórios anteriores a empresa Ecovix realizou trabalhos de revisão nas demonstrações contábeis dos últimos 5 anos. Atualmente a Administração judicial, analisa detalhadamente todas as alterações realizadas, e estará apresentando relatório específico quanto as modificações realizadas. Abaixo segue o cronograma que havia sido passado quanto as alterações.

- I. Diagnóstico contábil e fiscal da ECOVIX, relativos ao período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2017, assim como todos os procedimentos adotados para cumprimento das obrigações fiscais e tributárias do referido período, englobando a verificação da adequação e consistência dos saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis, confronto das apurações e recolhimentos dos impostos e contribuições devidos, assim como as obrigações acessórias relacionadas à atividade da empresa CONTRATANTE; Trabalho em andamento. Cronograma: julho a outubro de 2018.
- II. Produção de relatório de diagnóstico fiscal/contábil relativo aos exercícios de 2013 a 2017, contendo a identificação de potenciais contingências e problemas contábeis, bem como as alternativas viáveis para possível solução; O relatório final tem previsão de entrega para o início de outubro de 2018.
- III. Verificação da compatibilização contábil e financeira das demonstrações relativas aos exercícios de 2013 a 2017; Trabalho em andamento. Cronograma: julho a outubro de 2018.
- IV. Análise do sistema "POC" de contabilização apurado pela ECOVIX nos contratos de construção de longo prazo "via a vis" os recebimentos e a legislação aplicável; Trabalho em andamento. Será necessário levantar a composição do custo (serviço dentro do escopo do escritório de contabilidade que será contratado) para fins de contabilização pelo método "POC". Cronograma: julho a outubro de 2018.
- V. Reuniões e tratativas com o escritório contratado para o processo de recuperação judicial da Ecovix, exclusivamente sob o prisma fiscal/contábil; Trabalho em andamento. Reuniões iniciais feitas em 05/07 no escritório Medeiros & Medeiros. Será realizada reunião com equipe contábil e fiscal após o dia 18/07 para alinhamento dos trabalhos.
- VI. Sugestão de reestruturação das equipes contábil, fiscal e tributária da CONTRATANTE; Trabalho em andamento. Análise das propostas na semana de 09/07 a 13/07. Contratação do escritório na semana de 16/07 a 20/07. Início dos trabalhos do escritório de contabilidade previsto para final de julho, começo de agosto de 2018.
- VII. No período de agosto/2018 a novembro/2018 deverão ser efetuados os ajustes e correções indicados no diagnóstico, já sob a responsabilidade do novo escritório de contabilidade.



MEDEIROS & MEDEIROS

FLUXO CAIXA - ECOVIX (31/10/2018)		SET/18	OUT/18
C.CUSTO	DISPÊNDIO	REALIZADO	REALIZADO
TOTAL ENTRADAS		4.803.192	1.548.474
1	RECEITAS MONETIZAÇÕES	3.803.964	-
2	VENDA SUCATA/MATERIAIS/EQUIP	766.218	1.280.602
3	RECEITAS DIVERSAS	200.000	242.182
6	RENDIMENTO APLICAÇÃO	30.690	22.619
7	DEVOLUÇÃO PAGTOS	2.319	3.071
TOTAL PAGAMENTOS		(4.928.707)	(3.033.677)
CC01	MANUTENÇÃO, PRESERVAÇÃO, REPAROS	(14.214)	(44.236)
CC02	ADMINISTRAÇÃO E DESPESAS GERAIS	(752.968)	(394.617)
CC03	ADMINISTRADOR JUDICIAL (AJ)	(191.114)	(164.821)
CC04.1	APOIO A GESTÃO DO ESTALEIRO	(160.100)	(197.147)
CC04.2	CONSULTORIA JURIDICA	(563.356)	(893.274)
CC04.3	PROCESSOS JUDICIAIS E OUTRAS DESPESAS	(88.986)	(46.504)
CC05	IMPOSTOS, LICENÇAS, EXIGÊNCIAS LEGAIS	(45.656)	(310.428)
CC06	DESPESAS RELACIONADAS A NOVOS NEGÓCIOS	(21.756)	(19.074)
CC07	SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	(970.475)	(914.533)
CC08	MOVIMENTAÇÃO DE CARGA	(95.412)	(24.253)
CC20	DESPESAS DIVERSAS	(2.024.668)	(24.789)
RESULTADO OPERACIONAL		(125.515)	(1.485.203)
OBRIGAÇÃO PLANO RECUPERAÇÃO JUDICIAL		(994.122)	(226.794)
CLAS I	CRÉDITO TRABALHISTA	(668.220)	(29.474)
CLAS II	CRÉDITO GARANTIA REAL	-	-
CLAS III	CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO	-	-
CLAS IV	CRÉDITO ME's/EPP's	-	-
EXTRA	CRÉDITO EXTRACONCURSAL	(325.902)	(197.320)
DESPESAS FINANCEIRAS		(3.283)	(3.879)
1	TARIFAS BANCÁRIAS	(1.233)	(1.094)
2	IRRF S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	(1.853)	(2.384)
3	IOF S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	-	-
4	VARIAÇÃO CAMBIAL	(197)	(401)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(997.406)	(230.673)
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA		(1.122.921)	(1.715.876)
SALDO CAIXA INICIAL		7.257.314	6.134.394
SALDO CAIXA DO DIA		(1.122.921)	(1.715.876)
SALDO CAIXA FINAL (BANCO)		6.134.394	4.418.518

7. DADOS FINANCEIROS – ECONÔMICOS – FLUXO DE CAIXA

RECEITAS

O ingresso de recursos nos meses de setembro e outubro foram principalmente originados da venda de sucata pra a Gerdau, monetização vinculada ao ICMS Estacas Prancha – ERG1 e da locação do ERG 1.

DESPESAS

As saídas dos meses de setembro e outubro perfazem um total de R\$ 9.183.300,01. No mês de setembro há um evento atípico no caixa da recuperanda, a saída de caixa da Recuperanda para a empresa NOVA ENGEVIX PARTICIPAÇÕES S.A. no valor de R\$ 2.000.000,00, questionada sobre a operação a Recuperanda informou que trata-se de pagamento de serviços prestado pela empresa Nova Engevix durante o processo de recuperação judicial. A Ecovix enviará os documentos comprobatórios para que a Administração Judicial faça a devida análise. Até a apresentação desse relatório, ainda não havíamos recebido os dados.

A folha de pagamento dos dispêndios com a folha totaliza R\$ 2.799.542,00, salientando que estão classificados neste campo o pagamento de prestadores de serviços fixos e exclusivos das recuperandas.

As despesas administrativas chegam a R\$ 1,5 milhão, tendo como principais desembolsos serviços de T.I., viagens e vigilância patrimonial do estaleiro. A consultoria jurídica também representa desembolso significativo para a empresa perfazendo R\$ 2.349.904,00.

A segundo maior desembolso nestes dois períodos foi o pagamento dos créditos trabalhistas sujeitos a recuperação judicial que totalizaram R\$ 697.694,26, cujo detalhamento encontra-se neste relatório no item “7. Prestação De Contas”.



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **EVENTOS RELEVANTES**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
4. **ENDIVIDAMENTO**
5. **INFORMAÇÕES OPERACIONAIS**
6. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
7. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
 - MEIOS DE RECUPERAÇÃO
 - PROPOSTA DE PAGAMENTO
 - PRESTAÇÃO DE CONTAS – PRJ
 - PRESTAÇÃO DE CONTAS LEILÕES



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL MEIOS DE RECUPERAÇÃO

NO PRAZO DE DOIS ANOS

- 1) Pagamento dos credores trabalhistas incontroversos e negociação coletiva para encerrar reclamações em andamento
- 2) Constituição da UPI-1 com transferência de ativos e dívidas
- 3) Conclusão de negociação de processos de monetização para pagamento de credores e estabilização do caixa do estaleiro
- 4) Emissão de títulos mobiliários (Debêntures 1ª e 2ª Emissão)
- 5) Instrumentalização do alongamento das dívidas
- 6) limpeza do estaleiro com a venda de materiais remanescentes para poder operar
- 7) Início dos projetos para expansão de novas atividades (atividade portuária, processamento de aço para indústria metal mecânica e finalização da P-71)
- 8) Venda do Estaleiro para operador (*backstop underwriter*)

ENTRE 2 E 8 ANOS - PERÍODO E A RETOMADA DO MERCADO

- 1) Reorganização operacional a partir da posição do operador
- 2) Captação de novos recursos para expansão das atividades
- 3) Estabilização financeira e operacional para participação de novas concorrências
- 4) Busca de investidor estratégico para alienação e pagamento dos credores (os credores terão que aprovar, na forma do mecanismo do PRJ, a venda para investidor estratégico)

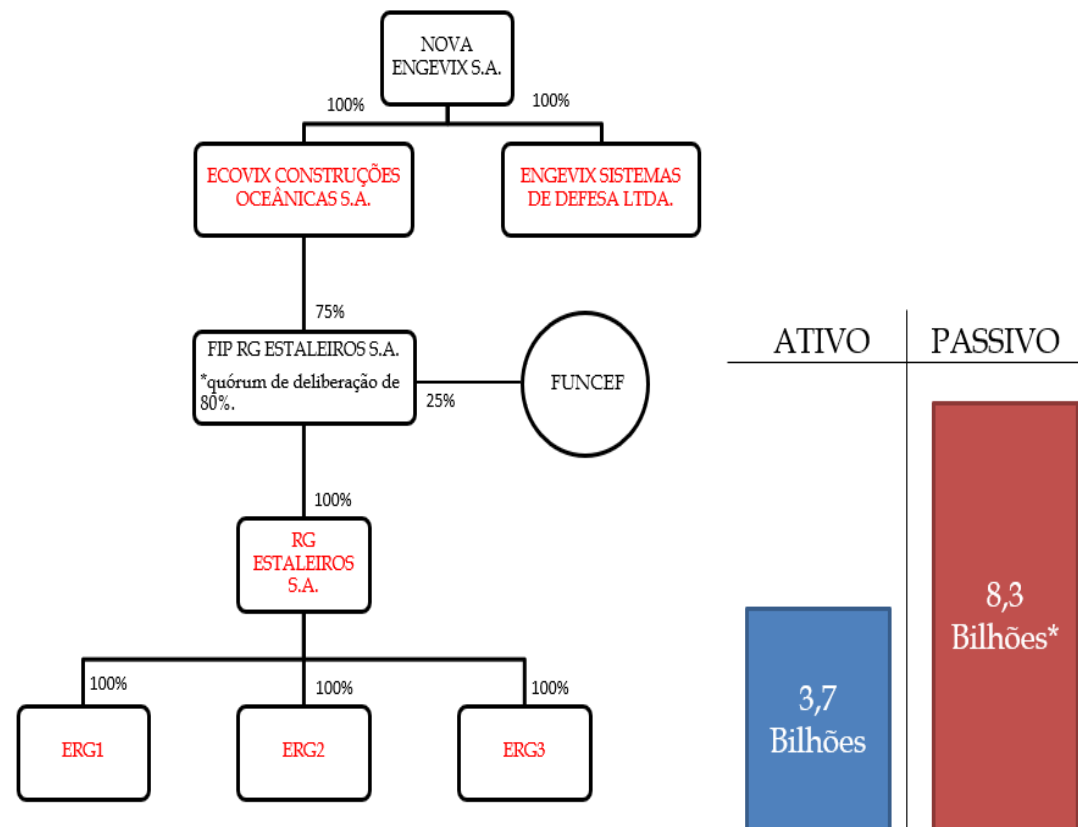


8. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A UPI SERÁ CONSTITUÍDA CONSIDERANDO PARTES DOS ATIVOS

- ✓ Constituição da UPI-1 por operação societária prevista no PRJ e aprovada em AGC (o PRJ agrega flexibilidade para a referida operação, a fim de que o melhor mecanismo possa ser utilizado após 2 anos da homologação)
- ✓ Pagamento mínimo de R\$18.500.000,00 e assunção do passivo das Classes II e III, bem como de credores extraconcursais, devidamente reestruturados na forma do PRJ
- ✓ A quantidade de credores que aderirem à Debênture 2ª Emissão (sem deságio) irá determinar o deságio da Debênture 1ª Emissão (observando que se todos os credores que estão aptos a aderir à Debênture 2ª Emissão o fizerem, o deságio, considerando o ativo de R\$ 3,7 bilhões, será de 76,64%) (será necessário aguardar as adesões para se ter o deságio exato)
- ✓ UPI-1 será a emissora das debêntures que serão subscritas e integralizadas com créditos dos credores das Classes II e III (os credores receberão as debêntures em pagamento da dívida do Grupo Ecovix, tornando-se credores da UPI-1)
- ✓ UPI-1 será responsável pelo pagamento das debêntures, nos termos da escritura de emissão, com previsão de eventos de liquidez
- ✓ O investidor que adquirir a UPI-1, portanto, irá adquirir, além dos ativos, as dívidas das Classes II e III reestruturadas na forma do PRJ

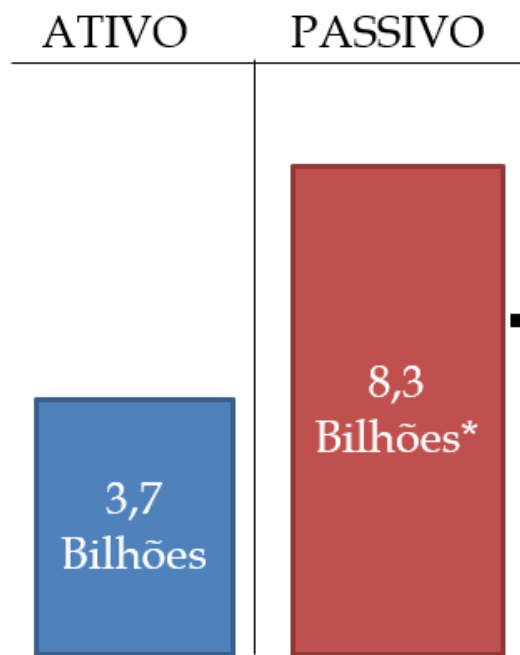
VISÃO GERAL



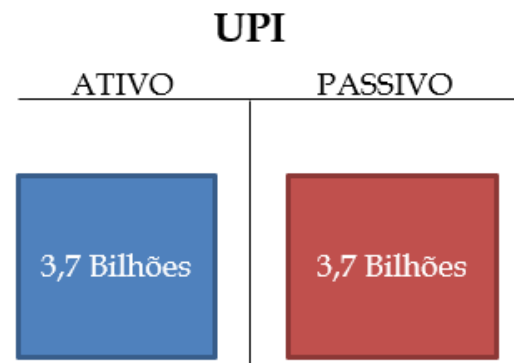
*Incluindo R\$ 350 milhões de passivo extraconcursal e R\$ 80 milhões de passivo fiscal já liquidado.



VISÃO GERAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA UPI-1
PASSIVO DO GRUPO ECOVIX

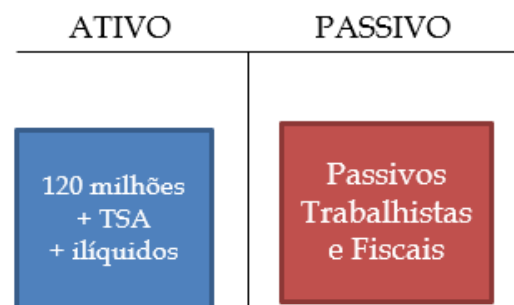


*Incluindo a dívida fiscal já reconhecida e extraconcursal



** Classe III inteira, extraconcursais aderentes e passivo repanescente da Classe II

ATIVIDADE REMANESCENTE



**Passivo Fiscal:
Passivo Fiscal Contingente: ilíquido
Passivo Trabalhista Ilíquido: estima-se R\$ 48,5 milhões



UPI-1

ATIVO	PASSIVO
3,7 Bilhões	3,7 Bilhões*

8. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – MEIOS DE RECUPERAÇÃO – UPI - 1

DÍVIDA DA UPI-1

Créditos da Classe III: R\$ 2,8 bilhões (após aplicação do deságio*) a serem quitados mediante subscrição das Debêntures 1ª Emissão

Valor de R\$ 55 milhões remanescentes da Classe II, quitados mediante subscrição das Debêntures 2ª Emissão ou título de dívida equivalente

Valor de R\$ 843.910.166,23 referente aos credores extraconcursais e detentores de garantias de participação societária (que se estima que irão aderir ao PRJ)

Debêntures 2ª Emissão (estimado): R\$ 844 milhões

Principais Credores: Bradesco (R\$ 667.174.823,78), Banrisul (R\$ 84.845.360,83) e Banco Pine (R\$ 81.143.882,81); e IMG (R\$ 10.746.098,81).

Debêntures 1ª Emissão: R\$ 2,8 bilhões

Principais Credores: SSF/Petrobrás (R\$ 4.373.939.014,90), COSCO (R\$ 588.180.724,47) Banco do Brasil (R\$ 351.574.738,29) e CEF (R\$ 285.042.171,86).

**o deságio poderá variar de 76,64% para menos, de acordo com a quantidade de credores que aderir às Debênture 2ª Emissão que não prevê deságio. No atual cenário o deságio estimado é de 60% (principalmente em razão de BB e CEF não terem aderido)*



8. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ATIVIDADE REMANESCENTE

OS ATIVOS REMANESCENTES PERMANECERAM COM A ATIVIDADE PRINCIPAL DO GRUPO.

ATIVIDADE REMANESCENTE	
ATIVO	PASSIVO
120 milhões + TSA + ilíquidos	Passivos fiscais e trabalhistas

** Dívida das Classes I e IV serão quitadas antes da formação da UPI-1 ou mediante a utilização do lance a ser ofertado.*

*** Chapas, sobras de FPSO e Drillship, verbas estabelecidas no TSA e demandas judiciais em andamento*

DÍVIDA REMANESCENTE

- Passivo Fiscal Líquido: R\$ 80 milhões (estimado)
- Passivo Fiscal Contingente: ilíquido
- Passivo Trabalhista Ilíquido: estima-se R\$ 48,5 milhões

ATIVIDADE REMANESCENTE

1. Operação do estaleiro durante o período de transição
2. Venda de sucatas (sobras da construção original de plataformas – FPSO e Drillship)
3. Revisão do passivo fiscal
4. Eventos de monetização decorrentes de processos em andamento
5. Desenvolvimento de atividades de reparo durante a estruturação da UPI-1
6. Consultoria de engenharia para o mercado naval (inclusive para a própria UPI-1)



PROPOSTA DE PAGAMENTO

Detalhamento sobre as condições previstas no plano aprovado:

CRÉDITOS TRABALHISTAS

1ª Tranche: Até 5 salários mínimos por credor, referente aos valores devidos no período de 3 meses anteriores à data do ajuizamento da recuperação, no prazo de 30 dias após a homologação

2ª Tranche: O restante será pago em 1 ano (4 parcelas trimestrais)

CRÉDITO COM GARANTIA REAL

Opção A. Debêntures da 2ª Emissão emitidas pela UPI-1

Opção B: (i) R\$ 15.000.000,00, no prazo de 1 ano, dividido em parcelas progressivas; (ii) 60% do valor que sobejar o montante de R\$ 15.000.000,00 da alienação dos bens que compõem a garantia real; e (iii) o remanescente será subscrito em Debêntures da 2ª Emissão

CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

Em geral: Debêntures 1ª Emissão (até 76,46% de deságio na subscrição, a depender da quantidade de credores em cada emissão), emitidas pela UPI-1.

Cada fornecedor receberá R\$ 30 mil, até o limite do seu crédito, em pagamento parcial ou total em até 180 dias da homologação judicial do Plano.

Fornecedores: (i) devolução de equipamentos que não utilizados na construção das plataformas; e/ou (ii) 2% aplicado sobre o valor global do novo contrato, limitado a R\$ 5.000.000,00 por credor

CRÉDITOS DE ME/EPP

Receberá o crédito integral em 3 anos (sem prejuízo de antecipação já proposta pelo Grupo Ecovix)



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS

CRÉDITOS TRABALHISTAS

Para interpretação adequada da prestação de contas quanto aos créditos trabalhista, importa mencionar que os crédito arrolados no edital do art. 7º, §2º da Lei 11.10/2005, considerou créditos contingentes (em discussão judicial) como estimativas, que tornar-se-ão líquidos no decorrer do processo. Dada essa premissa, não são todos os credores listados no edital que estão habilitados ao recebimento do crédito, considerando não haver os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade dos valores arrolados.

Dessa forma, os créditos objeto de pagamentos realizados na primeira e segunda parcelas são créditos que eram ou tornarem-se líquidos após publicação do edital do art. 7º, comprovada sua liquidez mediante certidão de habilitação de créditos da Justiça do Trabalho recebidas administrativamente pela Administração Judicial.

Ainda, a recuperanda não conseguiu a informação sobre as contas de todos os credores e procedeu com o depósito judicial dos valores pertencentes a estes credores. A Administração Judicial já está interagindo com a equipe da Recuperanda para que providencie as contas destes credores e tão logo o faça proceda com a transferência dos valores reservados. Segue breve resumo quanto ao pagamento dos credores trabalhistas até o momento:

1º Parcela	Direto ao credor	Depósito judicial	Total
Nº	3	160	163
SUBTOTAL	14.310,00	653.910,39	668.220,39
2ª Parcela	Direto ao credor	Depósito judicial	Total
Nº	4	128	132
SUBTOTAL	53.597,39	1.117.366,37	1.170.963,76
TOTAL	67.907,39	1.771.276,76	1.839.184,15

1ª Parcela – em até 30 dias após homologação valor até 5 salários mínimos. Pagamento realizado em 19.09.2018.

2ª Parcela – saldo pago em 4 parcelas trimestrais a partir da homologação. Pagamento realizado em 20.11.2018.

CRÉDITO COM GARANTIA REAL

Em 22.11.2018 houve o primeiro pagamento ao credor Bradesco no valor de R\$ 1.000.000,00 conforme acordo.

CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

O prazo para pagamento da parcela de até R\$ 30.000,00 para os credores quirografário findará em fevereiro de 2019, a administração judicial até o momento não tomou ciência de qualquer pagamento aos credores desta classe ou acordos quanto a devolução de materiais.

CRÉDITOS DE ME/EPP

Considerando que os desta classe receberão o crédito integral em até em 3 anos (sem prejuízo de antecipação já proposta pelo Grupo Ecovix), a administração judicial também não foi informada quanto a pagamentos aos credores desta classe.



9. PRESTAÇÃO DE CONTAS - LEILÕES

Diferenças dos valores que ingressaram na empresa

As diferenças foram devidamente esclarecidas pela empresa. Quanto ao valor de R\$ 173.458,01, a empresa enviou há poucos dias justificativa que houve um furto de material no estaleiro, cujo B.O (boletim de ocorrência) está anexo. Por este motivo a empresa Procell não recebeu esta mercadoria e obviamente não pagou ao Estaleiro.

Ainda pende de prestação de contas os valores dos leilões ocorridos em 22 e 29.10.2018, que serão objeto de análise em próximo relatório.

RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS					
Data	Valores	Objeto de prestação de contas	Aguarda prestação de contas	Diferenças Justificadas	TOTAL
14/12/2017	R\$ 767.413,33	R\$ 2.853.704,62		R\$ 180.436,71	R\$ 3.034.141,33
18/12/2017	R\$ 2.266.728,00				
15/03/2018	R\$ 283.201,00	R\$ 281.490,20		R\$ 1.710,80	R\$ 283.201,00
29/03/2018	R\$ 61.475,00	R\$ 61.475,00		R\$ -	R\$ 61.475,00
07/05/2018	R\$ 457.521,00	R\$ 457.521,00		R\$ -	R\$ 457.521,00
05/06/2018	R\$ 934.836,00	R\$ 932.751,60		R\$ 2.084,40	R\$ 934.836,00
06/08/2018	R\$ 583.830,00	R\$ 581.927,60		R\$ 1.902,40	R\$ 583.830,00
22/10/2018	R\$ 17.424.000,00	R\$ 6.772.397,00	R\$ 10.651.603,00	-	R\$ 17.424.000,00
29/10/2018	R\$ 5.709.125,00	R\$ 2.159,70	R\$ 5.706.965,30	-	R\$ 5.709.125,00
TOTAL	R\$ 28.488.129,33	R\$ 11.943.426,72	R\$ 16.358.568,30	R\$ 186.134,31	R\$ 28.488.129,33



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ANEXOS

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

I – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS SETEMBRO E

OUTUBRO.

II – CERTIDÕES NEGATIVAS



MEDEIROS & MEDEIROS

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

administradorjudicial.adv.br

PORTO ALEGRE / RS

NOVO HAMBURGO / RS

SÃO PAULO / SP

CAXIAS DO SUL / RS

BLUMENAU / SC

AV. DR. NILO PEÇANHA, 2900/701
TORRE COMERCIAL IGUATEMI BUSINESS
BAIRRO CHÁCARA DAS PEDRAS
CEP: 91330-001
51 3062.6770

RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 679/1111
CENTRO EXECUTIVO TORRE PRATA
BAIRRO CENTRO
CEP: 93510-130
51 3065.6770

AV. NACÕES UNIDAS, 12399/133 B
ED. COMERCIAL LANDMARK
BAIRRO BROOKLIN NOVO
CEP: 04578-000
51 3062.6770

RUA ÂNGELO CHIARELLO, 2811/501
CENTRO EMPRESARIAL CRUZEIRO
BAIRRO PIO X
CEP: 95032-460
54 3419.7274

RUA DR. ARTUR BALSINI, 107
BBC BLUMENAU
BAIRRO VELHA
CEP: 89036-240
47 3381-337



**MEDEIROS
& MEDEIROS**
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ANEXO I



**MEDEIROS
& MEDEIROS**
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ANEXO II